

CAFEICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS: SUSTENTABILIDADE PRODUTIVA, CERTIFICAÇÕES E INSERÇÃO EM MERCADOS DE CAFÉS ESPECIAIS

FAMILY COFFEE FARMING IN SOUTHERN MINAS GERAIS: PRODUCTIVE
SUSTAINABILITY, CERTIFICATIONS, AND INTEGRATION INTO SPECIALTY
COFFEE MARKETS

Ciências Sociais Aplicadas • 14/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791957577](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791957577)

Priscila Ribeiro Leite¹

Hugo Marques da Silva²

RESUMO

A cafeicultura familiar no Sul de Minas ocupa posição relevante na dinâmica produtiva, social e econômica da região, especialmente pela presença de pequenas propriedades que combinam tradição agrícola, trabalho familiar, busca por qualidade e crescente aproximação com mercados diferenciados. Este artigo teve como objetivo analisar a produção de café em pequenas propriedades do Sul de Minas a partir de três eixos articulados: sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em estudos publicados, em sua maioria, a partir de 2020, selecionados por sua relação com cafeicultura familiar, sustentabilidade, certificações, gestão rural, qualidade do café e mercados especializados. Os resultados indicam que a permanência competitiva dos pequenos cafeicultores depende da combinação entre manejo ambiental, organização econômica, qualificação técnica, controle de custos, certificações, cooperativismo, indicação geográfica e valorização da qualidade sensorial do produto. Conclui-se que a cafeicultura familiar sul-mineira apresenta condições favoráveis para ampliar sua inserção em mercados de maior valor agregado, desde que os produtores tenham acesso a apoio técnico, instrumentos de gestão, políticas de incentivo, estruturas coletivas de comercialização e práticas produtivas alinhadas às exigências socioambientais contemporâneas.

Palavras-chave: cafeicultura familiar; Sul de Minas; sustentabilidade produtiva; certificações; cafés especiais.

ABSTRACT

Family coffee farming in Southern Minas Gerais plays a relevant role in the productive, social, and economic dynamics of the region, especially due to the presence of small farms that combine

agricultural tradition, family labor, quality improvement, and increasing access to differentiated markets. This article aimed to analyze coffee production on small farms in Southern Minas Gerais through three connected axes: productive sustainability, certifications, and inclusion in specialty coffee markets. The research was developed through a bibliographic review, based mostly on studies published from 2020 onward, selected according to their relationship with family coffee farming, sustainability, certifications, rural management, coffee quality, and specialized markets. The results indicate that the competitive permanence of small coffee growers depends on the combination of environmental management, economic organization, technical qualification, cost control, certifications, cooperativism, geographical indication, and appreciation of the sensory quality of coffee. It is concluded that family coffee farming in Southern Minas Gerais has favorable conditions to expand its participation in higher value-added markets, provided that producers have access to technical support, management tools, incentive policies, collective commercialization structures, and productive practices aligned with contemporary socio-environmental requirements.

Keywords: family coffee farming; Southern Minas Gerais; productive sustainability; certifications; specialty coffees.

1. INTRODUÇÃO

A produção de café no Sul de Minas constitui uma das bases mais representativas da agricultura regional, tanto pela presença histórica da cultura no território quanto pela participação de pequenas propriedades que articulam trabalho familiar, identidade produtiva e inserção econômica em uma cadeia de alcance nacional e internacional (Barbosa; Aguilar; Maciel, 2021). A relevância dessa

produção se amplia quando se observa que Minas Gerais participa de modo expressivo da cadeia global do café, ao mesmo tempo em que o Sul de Minas se destaca pela densidade de produtores, pela reputação de origem e pela capacidade de gerar cafés com atributos associados à qualidade e à diferenciação mercadológica (Facirolli Sobrinho; Guedes; Castro,2021).

A cafeicultura familiar sul-mineira, embora vinculada a práticas tradicionais de cultivo, passou a dialogar com exigências recentes relacionadas à sustentabilidade produtiva, à rastreabilidade, à certificação, à agregação de valor e à entrada em mercados de cafés especiais (Rocha *et al.*,2025). Essa transformação torna necessário compreender como pequenas propriedades podem combinar conservação ambiental, viabilidade econômica, organização social e melhoria da qualidade do produto sem perder suas características territoriais e familiares (Castro *et al.*,2023).

O problema que orienta este artigo pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo a cafeicultura familiar no Sul de Minas tem articulado sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais como estratégias de valorização econômica e permanência competitiva das pequenas propriedades. Essa questão se justifica porque os pequenos cafeicultores enfrentam pressões produtivas, ambientais e comerciais que exigem maior domínio de custos, melhoria do manejo, diferenciação do produto e aproximação com sistemas de certificação e comercialização mais organizados.

O objetivo geral do estudo é analisar a cafeicultura familiar no Sul de Minas a partir da relação entre sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais. Como

objetivos específicos, busca-se discutir a importância econômica e territorial da cafeicultura sul-mineira, examinar as contribuições das certificações e indicações geográficas para pequenas propriedades, relacionar práticas produtivas sustentáveis à qualidade do café e compreender como a organização dos produtores pode favorecer o acesso a mercados diferenciados.

A relevância acadêmica do tema decorre da necessidade de aprofundar estudos que tratem da pequena produção cafeeira para além da produtividade física, considerando também gestão, sustentabilidade, certificações, capital social, qualidade sensorial e reconhecimento territorial (Santana *et al.*,2024). A relevância social e econômica aparece porque a cafeicultura familiar mantém renda, trabalho, permanência no campo, vínculos comunitários e possibilidade de desenvolvimento local em municípios nos quais o café continua sendo uma atividade estruturante (Chaves; Schiavi; Granco,2024).

A estrutura do artigo está organizada em introdução, revisão da literatura, metodologia, resultados e discussão, considerações finais, resumo e abstract, de modo a construir uma análise integrada sobre a produção cafeeira familiar no Sul de Minas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A cafeicultura brasileira possui forte inserção econômica e territorial, sendo marcada por uma cadeia produtiva que envolve produtores, cooperativas, exportadores, indústrias, compradores especializados e consumidores cada vez mais atentos à origem e à qualidade do produto (Barbosa; Aguilar; Maciel,2021). No caso de Minas Gerais, essa cadeia assume relevância ampliada porque o estado concentra

uma parcela expressiva da produção nacional e apresenta regiões com reconhecimento mercadológico associado à tradição, à qualidade e à diversidade de sistemas produtivos (Facirolli Sobrinho; Guedes; Castro,2021).

O Sul de Minas se destaca como território cafeeiro pela combinação entre condições edafoclimáticas favoráveis, experiência acumulada dos produtores, presença de cooperativas, oferta de assistência técnica e reconhecimento da origem em mercados internos e externos (Rocha *et al.*,2025). Essa configuração regional permite que pequenas propriedades participem de uma cadeia ampla, mas também exige adaptação contínua a padrões de qualidade, sustentabilidade e gestão que influenciam o acesso a mercados mais exigentes (Castro *et al.*,2023).

A produção familiar de café possui características próprias, pois combina unidade produtiva, residência, trabalho doméstico, transmissão de saberes e decisões econômicas realizadas dentro do núcleo familiar (Rocha *et al.*,2025). Essa forma de organização produtiva favorece vínculos territoriais e continuidade da atividade, mas também demanda instrumentos de planejamento capazes de equilibrar custos, renda, investimento, produtividade e qualidade do produto comercializado (Assis Neto; Robles Júnior, 2020).

A pequena propriedade rural cafeeira, quando analisada do ponto de vista da gestão, não pode ser compreendida apenas como espaço produtivo, pois também funciona como unidade econômica que precisa registrar gastos, calcular margens, controlar insumos e avaliar resultados por safra, no caso de Guaxupé, em Minas Gerais, a aplicação do custeio direto ao gerenciamento de uma propriedade rural de pequeno porte evidencia que a organização financeira pode

contribuir para decisões mais precisas sobre produção, comercialização e permanência na atividade (Assis Neto; Robles Júnior,2020).

A discussão sobre sustentabilidade produtiva na cafeicultura familiar envolve práticas que reduzem perdas ambientais, preservam recursos naturais, melhoram a eficiência do uso do solo e diminuem riscos relacionados à degradação das áreas cultivadas, em áreas cafeeiras do Sul de Minas, as perdas de solo e carbono orgânico por erosão hídrica demonstram que a sustentabilidade da produção depende de manejo conservacionista, cobertura do solo, adequação de práticas agrícolas e atenção aos impactos acumulados no sistema produtivo (Santana *et al.*,2024).

A sustentabilidade também se expressa na capacidade das famílias produtoras de manterem sua atividade econômica sem romper os limites ambientais e sociais do território em que estão inseridas, nesse sentido, as dinâmicas relacionais da cafeicultura familiar mostram que redes de cooperação, troca de informações, assistência técnica e pertencimento local influenciam a adoção de práticas sustentáveis nas pequenas propriedades (Rocha *et al.*,2025).

Os programas de certificação aparecem como instrumentos capazes de organizar práticas produtivas, estimular adequações socioambientais e aproximar produtores de mercados que valorizam critérios de sustentabilidade, o Certifica Minas Café, analisado em plantações do Sul de Minas, demonstra que certificações podem gerar impactos socioambientais positivos quando associadas a acompanhamento técnico, melhoria de processos e adequação das propriedades a critérios verificáveis (Castro *et al.*,2023).

A certificação, entretanto, precisa ser compreendida como parte de um processo mais amplo de qualificação da produção, pois sua adoção envolve custos, aprendizado, documentação, mudanças de manejo e capacidade de manter padrões ao longo do tempo, a análise multidimensional das certificações brasileiras de café indica que diferentes sistemas certificadores produzem efeitos distintos sobre sustentabilidade ambiental, dimensões econômicas, relações sociais e formas de reconhecimento no mercado (Rocha *et al.*,2025).

O *Fairtrade* também se insere nesse debate ao relacionar comércio justo, capital social e organização coletiva de produtores, especialmente quando a certificação favorece vínculos cooperativos e acesso a canais de comercialização mais estáveis, no caso dos cafeicultores da Cooperativa “Dos Costas”, a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social indica que certificações podem fortalecer confiança, cooperação e capacidade de ação coletiva entre produtores familiares (Aguiar; Romaniello; Pelegrini,2022).

A indicação geográfica representa outro mecanismo de diferenciação territorial, pois associa o produto a uma origem reconhecida e a atributos construídos historicamente por produtores, instituições e mercados, a experiência da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais demonstra que a indicação geográfica pode funcionar como ferramenta de desenvolvimento territorial ao valorizar reputação, identidade produtiva e organização local em torno da qualidade do café (Facirolli Sobrinho; Guedes; Castro,2021).

A agregação de valor na cafeicultura familiar depende da capacidade de transformar características territoriais, práticas produtivas e qualidade sensorial em diferenciais reconhecidos pelos

compradores, embora o estudo de pequenos produtores na cadeia de cafés especiais no Paraná não trate diretamente do Sul de Minas, suas contribuições ajudam a compreender como recursos internos, estruturas de governança e coordenação da cadeia influenciam a entrada de produtores em mercados especializados (Chaves; Schiavi; Granco,2024).

A inserção em mercados de cafés especiais exige que a pequena propriedade avance em processos de pós-colheita, seleção, rastreabilidade, padronização, avaliação sensorial e construção de reputação junto a compradores, a análise do desempenho agrônômico e da qualidade de bebida da cultivar MGS Catucaí Pioneira mostra que genética, manejo e qualidade sensorial podem se articular na produção de cafés com maior potencial de valorização (Botelho *et al.*,2025).

A qualidade do café não depende apenas do cultivar utilizado, pois envolve interação entre ambiente, altitude, manejo, colheita, secagem, armazenamento e processamento, elementos que impactam diretamente a bebida final (Botelho *et al.*,2025). Para pequenas propriedades do Sul de Minas, a capacidade de controlar essas etapas pode representar diferença significativa entre a venda como commodity e a comercialização em mercados que remuneram atributos específicos de sabor, origem e processo (Rocha *et al.*,2025).

A conversão da cafeicultura convencional para o cultivo orgânico também aparece como possibilidade de diferenciação produtiva, desde que a mudança seja economicamente viável e tecnicamente acompanhada, o estudo sobre a viabilidade econômica da conversão para o café orgânico no Sul de Minas demonstra que

decisões relacionadas à sustentabilidade precisam ser avaliadas com base em custos, retorno, tempo de transição, produtividade e capacidade de acesso a compradores que valorizam esse tipo de produto (Reis *et al.*,2024).

A sustentabilidade econômica das pequenas propriedades cafeeiras depende de uma leitura integrada entre custos de produção, preço recebido, produtividade, qualidade, e canais de venda (Assis Neto; Robles Júnior,2020). Quando o produtor familiar controla melhor seus gastos e compreende a formação de seus resultados, torna-se mais capaz de avaliar se práticas sustentáveis, certificações ou mudanças no manejo geram retorno compatível com sua realidade produtiva (Reis *et al.*,2024).

A dimensão social da cafeicultura familiar não pode ser separada das formas de cooperação, pois a participação em cooperativas, associações e redes de produtores favorece circulação de informações e construção de confiança, o desenvolvimento do capital social na cafeicultura certificada mostra que relações coletivas mais sólidas podem ampliar o acesso a mercados, reduzir assimetrias de informação e fortalecer a capacidade dos produtores de negociar melhores condições (Aguiar; Romaniello; Pelegrini,2022).

A relação entre produção familiar e mercados especiais também envolve capacidade de adaptação institucional, já que os pequenos produtores muitas vezes dependem de cooperativas, programas públicos, assistência técnica e compradores especializados para alcançar padrões de qualidade e rastreabilidade (Chaves; Schiavi; Granco,2024). Essa mediação é relevante porque o mercado de cafés especiais tende a exigir documentação, consistência, padronização e

narrativa de origem, elementos que podem ser difíceis de estruturar isoladamente em propriedades de menor escala (Rocha *et al.*,2025).

A cadeia global do café reforça a necessidade de compreender a posição de Minas Gerais e do Brasil em mercados que combinam volume, qualidade, diferenciação e competição internacional (Barbosa; Aguilar; Maciel,2021). Para a cafeicultura familiar sul-mineira, essa posição cria oportunidades de valorização, mas também pressiona os produtores a atenderem critérios comerciais e socioambientais que extrapolam a produção agrícola básica (Castro *et al.*,2023).

O reconhecimento territorial do café pode fortalecer a identidade produtiva local quando se articula com qualidade, reputação, práticas sustentáveis e capacidade coletiva de comunicação com o mercado, a indicação geográfica da Serra da Mantiqueira revela que a origem, quando institucionalizada e associada a padrões de produção, pode ampliar a visibilidade dos produtores e contribuir para estratégias de desenvolvimento territorial (Facirolli Sobrinho; Guedes; Castro,2021).

As certificações de sustentabilidade, quando comparadas entre si, demonstram que não existe um único caminho para qualificar a produção cafeeira, pois cada modelo enfatiza dimensões específicas de manejo, relações sociais, ambiente e mercado (Rocha *et al.*,2025). Essa pluralidade permite que os pequenos produtores busquem sistemas mais compatíveis com sua realidade, desde que recebam orientação técnica e apoio para superar exigências burocráticas, financeiras e operacionais (Castro *et al.*,2023).

A produção de café em pequenas propriedades do Sul de Minas se encontra, portanto, no cruzamento entre tradição agrícola e novas exigências mercadológicas (Rocha *et al.*,2025). A consolidação de uma cafeicultura familiar sustentável depende da combinação entre manejo conservacionista, gestão econômica, certificação, cooperação, qualidade sensorial e valorização territorial (Santana *et al.*,2024).

A sustentabilidade produtiva não deve ser tratada apenas como adequação ambiental, mas como uma estratégia de permanência econômica e social dos pequenos cafeicultores (Reis *et al.*,2024). Ao mesmo tempo, a inserção em mercados de cafés especiais exige que a pequena propriedade consiga transformar práticas produtivas qualificadas em valor reconhecido, negociado e remunerado de forma mais justa (Chaves; Schiavi; Granco,2024).

3. METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com a finalidade de reunir, interpretar e articular estudos relacionados à cafeicultura familiar, sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais no Sul de Minas, procedimento adequado quando a pesquisa busca compreender contribuições teóricas e empíricas já publicadas sobre determinado fenômeno (Gil,2019). A seleção das referências priorizou publicações a partir de 2020.

Foram considerados artigos científicos de acesso aberto que abordassem cadeia produtiva do café, cafeicultura familiar, gestão de pequenas propriedades, sustentabilidade, certificações, indicação geográfica, cafés especiais, qualidade da bebida e aspectos

socioambientais da produção cafeeira. A escolha das publicações ocorreu pela pertinência temática e pela capacidade de contribuir para a análise do título proposto, considerando que a revisão bibliográfica exige seleção crítica, leitura analítica e organização coerente dos dados extraídos das fontes consultadas (Gil,2019).

A análise foi conduzida mediante leitura interpretativa dos artigos selecionados, com identificação das principais contribuições de cada estudo para a compreensão da cafeicultura familiar sul-mineira e de sua relação com sustentabilidade, certificações e mercados de maior valor agregado. Após a leitura, as informações foram agrupadas em eixos temáticos, permitindo relacionar os achados sobre manejo produtivo, gestão econômica, certificação, capital social, qualidade do café e desenvolvimento territorial, conforme orientação metodológica que valoriza a ordenação lógica dos dados bibliográficos para sustentar a discussão científica (Lakatos; Marconi,2017).

Por se tratar de estudo bibliográfico, não houve coleta de dados em campo, aplicação de questionários ou realização de entrevistas com produtores rurais. Os resultados apresentados decorrem da análise das publicações selecionadas e de sua articulação com o objetivo do artigo, respeitando o recorte temático da cafeicultura familiar no Sul de Minas e a proposta de compreender a produção em pequenas propriedades a partir de dimensões produtivas, ambientais, econômicas e mercadológicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão responde à seguinte pergunta de pesquisa: de que modo a cafeicultura familiar no Sul de Minas tem articulado

sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais como estratégias de valorização econômica e permanência competitiva das pequenas propriedades? A Tabela 1 apresenta uma sistematização dos estudos utilizados, destacando a contribuição principal de cada publicação para a construção dos resultados e da discussão.

Tabela 1. Síntese dos artigos selecionados

Autor (ano)	Principais contribuições
Aguiar, Romaniello e Pelegrini (2022)	Analisa a influência do Fairtrade no desenvolvimento do capital social entre cafeicultores cooperados, mostrando a importância da cooperação, da confiança e da organização coletiva para produtores vinculados a sistemas de certificação.
Assis Neto e Robles Júnior (2020)	Discute o gerenciamento de uma pequena propriedade rural em Guaxupé/MG com base no custeio direto, contribuindo para a compreensão da gestão de custos e da tomada de decisão em pequenas propriedades cafeeiras.
Barbosa, Aguilar e Maciel (2021)	Examina a participação de Minas Gerais e do Brasil na cadeia produtiva global do café, oferecendo base para situar a relevância econômica e mercadológica da cafeicultura mineira.
Botelho <i>et al.</i> (2025)	Avalia desempenho agrônomo e qualidade de bebida da cultivar MGS Catucaí Pioneira, contribuindo para discutir qualidade, potencial produtivo e valorização de cafés diferenciados.
Castro <i>et al.</i> (2023)	Analisa os impactos socioambientais do programa Certifica Minas Café em plantações do Sul de Minas, permitindo discutir certificação, sustentabilidade e adequação produtiva regional.
Chaves, Schiavi e Granco (2024)	Estuda a inserção de pequenos produtores na cadeia de cafés especiais, contribuindo teoricamente para

	compreender recursos, governança e estratégias de acesso a mercados especializados.
Facirolli Sobrinho, Guedes e Castro (2021)	Discute a Indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial, valorização da origem e diferenciação mercadológica.
Reis <i>et al.</i> (2024)	Avalia a viabilidade econômica da conversão do cultivo convencional para o orgânico no Sul de Minas, contribuindo para analisar sustentabilidade, custos, retorno e tomada de decisão produtiva.
Rocha <i>et al.</i> (2025a)	Examina dinâmicas relacionais e sustentabilidade na cafeicultura familiar, oferecendo contribuição direta para compreender pequenos produtores familiares no Sul de Minas.
Rocha <i>et al.</i> (2025b)	Apresenta análise comparativa multidimensional das certificações de sustentabilidade no café brasileiro, contribuindo para discutir diferentes modelos certificadores e seus efeitos.
Santana <i>et al.</i> (2024)	Analisa perdas de solo e carbono orgânico por erosão hídrica em áreas cafeeiras do Sul de Minas, contribuindo para discutir manejo conservacionista e sustentabilidade ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Barbosa, Aguilar e Maciel (2021) permitem compreender que a cafeicultura mineira deve ser analisada em relação à cadeia global do café, pois Minas Gerais ocupa posição expressiva na produção nacional e participa de uma dinâmica econômica marcada por exigências de qualidade, diferenciação e competitividade. Essa leitura se articula com Facirolli Sobrinho, Guedes e Castro (2021), ao demonstrarem que a Indicação Geográfica da Serra da Mantiqueira pode transformar a origem do café em ativo econômico quando o

produto passa a ser associado a características específicas do lugar de produção.

Rocha *et al.* (2025a) ampliam essa discussão ao evidenciar que a cafeicultura familiar no Sul de Minas depende de relações sociais, institucionais e produtivas que ultrapassam os limites da unidade rural. Essa perspectiva se aproxima de Aguiar, Romaniello e Pelegrini (2022), pois o fortalecimento do capital social em experiências certificadas mostra que cooperação, confiança e organização coletiva interferem diretamente na capacidade dos pequenos produtores acessarem informações, programas de certificação e mercados mais estruturados.

A produção em pequenas propriedades aparece como uma realidade que exige articulação entre tradição produtiva e gestão profissionalizada, já que a permanência na cafeicultura depende de decisões econômicas cada vez mais planejadas. Assis Neto e Robles Júnior (2020) contribuem para esse entendimento ao evidenciarem que o custeio direto aplicado a uma propriedade rural de pequeno porte em Guaxupé permite ao produtor visualizar custos, margens e resultados com maior clareza gerencial.

Santana *et al.* (2024) acrescentam uma dimensão ambiental decisiva ao demonstrarem que áreas cafeeiras do Sul de Minas podem sofrer perdas de solo e carbono orgânico por erosão hídrica. Essa evidência fortalece a interpretação de que a sustentabilidade produtiva precisa ser incorporada ao manejo diário, pois práticas inadequadas podem comprometer a base física da produção e reduzir a capacidade futura das pequenas propriedades.

Castro *et al.* (2023) mostram que o Certifica Minas Café pode gerar impactos socioambientais positivos em plantações do Sul de Minas quando orienta adequações produtivas e cria parâmetros verificáveis para o manejo. Ao lado de Santana *et al.* (2024), essa contribuição indica que certificações e práticas conservacionistas podem convergir, desde que o produtor receba orientação para transformar exigências formais em mudanças aplicáveis ao campo.

Rocha *et al.* (2025b), ao compararem certificações de sustentabilidade no café brasileiro, demonstram que os sistemas certificadores não possuem efeitos homogêneos e precisam ser avaliados de modo multidimensional. Essa análise complementa Castro *et al.* (2023), porque o programa regional de certificação pode ser interpretado como parte de um conjunto mais amplo de mecanismos que conectam práticas produtivas, reconhecimento mercadológico e melhoria socioambiental.

Chaves, Schiavi e Granco (2024), embora estudem pequenos produtores no Paraná, oferecem contribuição teórica importante ao mostrarem que a entrada na cadeia de cafés especiais depende de recursos internos, coordenação e governança. Essa leitura ajuda a interpretar o caso sul-mineiro, pois a presença de cooperativas, certificações e reconhecimento territorial pode favorecer a entrada de pequenos cafeicultores em mercados especializados quando existe articulação entre produção, qualidade e comercialização.

Botelho *et al.* (2025) acrescentam à discussão a relação entre desempenho agrônômico e qualidade da bebida, aspecto central para a diferenciação dos cafés especiais. Quando essa contribuição é aproximada de Chaves, Schiavi e Granco (2024), percebe-se que a inserção em mercados especializados exige simultaneamente

capacidade produtiva, qualidade sensorial, consistência e organização comercial.

A qualidade da bebida, na cafeicultura familiar, não pode ser reduzida ao resultado final da xícara, pois depende de uma sequência de decisões produtivas que envolvem cultivar, manejo, colheita, secagem, armazenamento e comercialização. Botelho *et al.* (2025) ajudam a sustentar essa interpretação ao relacionarem desempenho agrônomo e qualidade, enquanto Rocha *et al.* (2025a) mostram que a sustentabilidade familiar também passa pela maneira como os produtores organizam seus processos e relações.

Reis *et al.* (2024), ao analisarem a conversão para o café orgânico no Sul de Minas, mostram que a sustentabilidade ambiental precisa caminhar junto com retorno econômico e planejamento de transição. Essa contribuição é relevante porque o produtor familiar precisa avaliar produtividade, preço, custos, demanda e tempo de adaptação antes de assumir novas práticas produtivas.

Santana *et al.* (2024) evidenciam que a erosão hídrica e a perda de carbono orgânico representam riscos diretos para áreas cafeeiras sul-mineiras. A leitura desses achados em conjunto com Reis *et al.* (2024) sugere que práticas sustentáveis podem gerar retorno indireto ao preservar o solo, proteger a fertilidade e reduzir perdas que afetariam a produtividade e a renda ao longo do tempo.

A dimensão burocrática das certificações precisa ser observada com atenção, pois pequenos produtores podem encontrar dificuldades para registrar informações, comprovar práticas, adequar estruturas e manter auditorias. Rocha *et al.* (2025b) ajudam a compreender essa questão ao mostrarem que certificações possuem dimensões

distintas, enquanto Aguiar, Romaniello e Pelegrini (2022) indicam que a organização coletiva pode reduzir barreiras por meio de cooperação e suporte institucional.

Aguiar, Romaniello e Pelegrini (2022) demonstram que o Fairtrade, ao estimular relações de confiança e capital social, contribui para pensar a certificação como processo coletivo e não como simples selo comercial. Essa interpretação dialoga com Chaves, Schiavi e Granco (2024), pois ambos os estudos evidenciam que pequenos produtores precisam de redes organizadas para acessar mercados que exigem qualidade, regularidade e capacidade de negociação.

Barbosa, Aguilar e Maciel (2021) indicam que a cadeia produtiva global do café cria oportunidades para Minas Gerais, mas também exige padrões cada vez mais complexos de qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade. Para pequenas propriedades, essa realidade pode representar abertura de mercado e pressão por qualificação, razão pela qual certificações, cooperativas e instrumentos de gestão assumem grande relevância.

Facirolli Sobrinho, Guedes e Castro (2021) permitem compreender que a qualidade territorial se constrói por meio de narrativas coletivas que associam produto, origem, produtor e modo de produção. Barbosa, Aguilar e Maciel (2021) ajudam a situar essa diferenciação dentro da cadeia mais ampla do café, indicando que regiões com reputação consolidada podem ampliar sua visibilidade quando comunicam atributos vinculados ao território.

Castro *et al.* (2023) sugerem que a certificação pode funcionar como mecanismo de aprendizagem quando orienta produtores a registrar práticas, corrigir procedimentos, qualificar o manejo e acompanhar

resultados. Rocha *et al.* (2025b) ampliam essa análise ao comparar diferentes certificações e mostrar que cada modelo pode contribuir de maneira distinta para a sustentabilidade, dependendo de seus critérios e de sua aderência à realidade da propriedade.

Rocha *et al.* (2025a) ajudam a compreender que, apesar do potencial da região, a inserção de pequenos produtores em mercados diferenciados depende de apoio técnico e institucional para que as exigências não se convertam em fator de exclusão. Castro *et al.* (2023) indicam que programas estruturados podem favorecer adequações socioambientais, desde que funcionem como apoio à melhoria produtiva e não apenas como mecanismo de controle.

Botelho *et al.* (2025) reforçam que a diferenciação não surge apenas da certificação ou da origem, pois precisa estar sustentada por produto competitivo. Castro *et al.* (2023) complementam essa interpretação ao indicarem que programas de certificação podem orientar práticas produtivas capazes de favorecer regularidade, sustentabilidade e melhoria da qualidade final.

Castro *et al.* (2023) e Rocha *et al.* (2025b) demonstram que certificações podem orientar melhorias socioambientais, enquanto Chaves, Schiavi e Granco (2024) e Botelho *et al.* (2025) indicam que mercado e qualidade dependem de governança, recursos produtivos e consistência. A leitura integrada das referências mostra que sustentabilidade, certificações e cafés especiais formam um conjunto interdependente na cafeicultura familiar.

Santana *et al.* (2024) contribuem para a dimensão ambiental, Assis Neto e Robles Júnior (2020) para a gestão econômica e Aguiar, Romaniello e Pelegrini (2022) para a dimensão social da organização

produtiva. Os resultados indicam que a sustentabilidade precisa ser mensurada de forma ampla, envolvendo solo, renda, organização social, qualidade e permanência da família na atividade.

Barbosa, Aguilar e Maciel (2021) mostram a amplitude da cadeia global, enquanto Chaves, Schiavi e Granco (2024) indicam que a entrada em mercados especiais depende de recursos e estruturas que permitam ao pequeno produtor valorizar atributos específicos. A cafeicultura de pequenas propriedades não pode competir apenas por escala, razão pela qual a diferenciação se torna caminho relevante para fortalecer renda, identidade e permanência produtiva.

Apesar dos benefícios socioambientais apontados por Castro *et al.* (2023), Rocha *et al.* (2025b) identificam descompasso entre as exigências das certificações e os retornos financeiros recebidos pelos produtores, o que impede tratar adequação produtiva e valorização econômica como resultados equivalentes. Além disso, o recorte paranaense de Chaves, Schiavi e Granco (2024) limita sua transferência direta para o Sul de Minas; essa diferença de abrangência sugere que os estudos reunidos sustentam possibilidades de inserção comercial, mas não permitem concluir que os ganhos de renda compensem os custos de certificação em todas as pequenas propriedades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo alcançou, no âmbito da revisão bibliográfica, o objetivo geral de analisar a cafeicultura familiar no Sul de Minas a partir da relação entre sustentabilidade produtiva, certificações e inserção em mercados de cafés especiais, demonstrando que as pequenas

propriedades cafeeiras possuem relevância econômica, social e territorial para a região. Em resposta ao problema de pesquisa, a articulação dessas estratégias ocorre pela conservação do solo e pela melhoria do manejo, associadas à comprovação das práticas produtivas, à qualidade da bebida, à gestão dos custos e à organização comercial capaz de transformar esses atributos em valorização econômica, sem assegurar resultados uniformes para todas as propriedades.

O objetivo específico de discutir a importância econômica e territorial da cafeicultura sul-mineira foi alcançado ao relacionar sua participação na cadeia do café à valorização da origem e à permanência das famílias na atividade. O objetivo de examinar as contribuições das certificações e indicações geográficas para pequenas propriedades também foi alcançado, pois a análise identificou mecanismos de adequação socioambiental e diferenciação do produto, ressaltando que o reconhecimento não garante retorno financeiro.

O objetivo de relacionar práticas produtivas sustentáveis à qualidade do café foi alcançado ao discutir a conservação da base produtiva e a integração entre cultivar, manejo e cuidados ao longo da produção, sem atribuir à sustentabilidade, isoladamente, a garantia de qualidade sensorial. O objetivo de compreender como a organização dos produtores favorece o acesso a mercados diferenciados foi alcançado pela identificação das contribuições da cooperação, da assistência técnica e da coordenação comercial para o atendimento de padrões, o acesso a informações e a negociação com compradores.

Para as pequenas propriedades, recomenda-se registrar os custos por safra e por lote, estimar os gastos de adequação e manutenção antes de aderir a uma certificação ou converter o cultivo para o orgânico, e comparar esses valores com preços e compradores efetivamente acessíveis. Recomenda-se ainda planejar o manejo conservacionista com assistência técnica, acompanhar a qualidade e a identificação dos lotes e utilizar cooperativas ou associações para compartilhar orientação, organizar registros e negociar a comercialização.

Como o estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, seus resultados não permitem mensurar diretamente os custos e os ganhos de renda obtidos pelos produtores sul-mineiros. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise com entrevistas, visitas técnicas e levantamento de dados em pequenas propriedades, comparando custos, retornos, práticas sustentáveis e acesso aos mercados de cafés especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Bruno Henrique; ROMANIELLO, Marcelo Márcio; PELEGRINI, Djalma Ferreira. A influência do Fairtrade no desenvolvimento do capital social: o caso dos cafeicultores da Cooperativa “Dos Costas”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 60, n. 2, e224545, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224545>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SV6tbxqzs4ytmSsQjG5mdsS/>. Acesso em: 19 maio 2026.

ASSIS NETO, Alaerte Gomes de; ROBLES JÚNIOR, Antônio. Gerenciamento de uma propriedade rural de pequeno porte, na

cidade de Guaxupé, no Estado de Minas Gerais, com base no custeio direto. *Custos e @gronegocio on line*, Recife, v. 15, n. 4, p. 269-297, 2020. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v15/OK%2012%20direto.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

BARBOSA, Lucio Otavio Seixas; AGUILAR, Carla; MACIEL, Laura. A participação de Minas Gerais e do Brasil na cadeia produtiva global do café. *Economia & Região*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 147-166, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2021v9n1p147>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/39665>. Acesso em: 19 maio 2026.

BOTELHO, César Elias *et al.* Agronomic performance and beverage quality of the arabica coffee cultivar MGS Catucaí Pioneira. *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, Viçosa, v. 25, n. 4, e53362544, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-70332025v25n4c49>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cbab/a/fkWcfFt934K85PZ8CwhdFBw/>. Acesso em: 19 maio 2026.

CASTRO, Claudio V.; LIRA, Jean M. S.; SALGADO, Eduardo G.; BEIJO, Luiz A. Socio-environmental impacts of Certifica Minas Café Program on coffee plantations in Southern Minas Gerais. *Journal of Sustainable Development*, Toronto, v. 16, n. 5, p. 76-86, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5539/jsd.v16n5p76>. Disponível em: <https://ccsenet.org/journal/index.php/jsd/article/view/0/49212>. Acesso em: 19 maio 2026.

CHAVES, Priscilla Tiara Torrezan; SCHIAVI, Sandra Mara de Alencar; GRANCO, Gabriel. Inserção de pequenos produtores na cadeia de cafés especiais no Paraná: um estudo considerando ECT e VBR.

Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 62, n. 4, e282728, 2024. DOI: <http://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.282728>. Disponível em: <https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2023.282728>. Acesso em: 19 maio 2026.

FACIROLLI SOBRINHO, Maria Helena; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; CASTRO, Maria Cristina Drumond e. A Indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial. *Interações*, Campo Grande, v. 22, n. 1, p. 279-294, 2021. DOI: <http://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2206>. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2206>. Acesso em: 19 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REIS, Elivandro Miguel; AZEVEDO, Luciana; REZENDE, Marcelo Lacerda; RIOS, Guilherme da Silva. Economic viability of converting from conventional to organic coffee cultivation in Southern Minas Gerais. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, Miami, v. 18, n. 1, e07508, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n1-196>. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/7508>. Acesso em: 19 maio 2026.

ROCHA, Gabriela Azevedo *et al.* Relational spaces and sustainability dynamics in family coffee farming in Brazil. *Discover Sustainability*, Cham, v. 6, art. 1384, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43621-025-02212-7>. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s43621-025-02212-7>. Acesso em: 19 maio 2026.

ROCHA, Gabriela Azevedo *et al.* Sustainability certifications in Brazilian coffee: a multidimensional comparative analysis. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, São Paulo, v. 60, e2338, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z2176-94782338>. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/2338. Acesso em: 19 maio 2026.

SANTANA, Derielsen Brandão *et al.* Soil and organic carbon losses by water erosion in coffee-growing areas in southern Minas Gerais, Brazil. *Turkish Journal of Agriculture and Forestry*, Ankara, v. 48, n. 3, p. 317-331, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55730/1300-011X.3184>. Disponível em: <https://journals.tubitak.gov.tr/agriculture/vol48/iss3/1/>. Acesso em: 19 maio 2026.

¹ Discente

² Orientador